

# *TITHENAI TA PHAINOMENA* EM ARISTÓTELES: ORIGEM E SIGNIFICADO

## *TITHENAI TA PHAINOMENA* ACCORDING TO ARISTÓTELES: ORIGIN AND MEANING

CLEITON RODRIGUES IMAMURA\*

**Resumo:** Este artigo realiza uma exegese interpretativa da expressão *τιθέναι τὰ φαινόμενα* nas obras de Aristóteles, focando no estabelecimento do expediente, sua universalização e a problemática da tradução de *phainomena*. A partir da abordagem de Owen, analisamos como Aristóteles utiliza essa expressão para explorar a relação entre as aparências e a compreensão dos fenômenos. Discutimos as implicações da universalização do conceito e as dificuldades que surgem na tradução, buscando alternativas que preservem o significado original no contexto filosófico. Esta análise visa esclarecer o impacto de Aristóteles na tradição filosófica e suas contribuições para o estudo dos fenômenos.

**Palavras-chave:** Aristóteles; método; fenômenos.

**Abstract:** This article offers an interpretative exegesis of the expression *τιθέναι τὰ φαινόμενα* (*tithenai ta phainomena*) in Aristotle's works, focusing on the establishment of the concept, its potential universalization, and the challenges in translating *φαινόμενα* (*phainomena*). Drawing on Owen's approach, we analyze how Aristotle employs this expression to explore the relationship between appearances and the understanding of phenomena. We discuss the implications of universalizing the concept and the difficulties that arise in its translation, seeking alternatives that preserve the original meaning within the philosophical context. This analysis aims to clarify Aristotle's impact on the philosophical tradition and his contributions to the study of phenomena.

**Keywords:** Aristotle; method; phenomenon.

---

\* Pesquisador na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: cleiton.imamura@gmail.com.

Três questões orientarão a apresentação do expediente metodológico denominado *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα - σώζειν τὰ φαινόμενα)<sup>1</sup>:

1. Qual é a sua origem histórica?
2. O expediente é universalizável<sup>2</sup> nas investigações aristotélicas?
3. Qual é a tradução mais precisa do termo fenômenos (*phainomena*) que fundamenta essa abordagem?

Na abordagem dessas questões, ainda que de forma parcial, examina-se a constituição e o desenvolvimento do expediente, analisando-se aspectos de sua estrutura, conforme descrito na passagem da *Ética a Nicômaco*, VII, 1145b2-7. Ademais, proceder-se-á à identificação de seus limites e à análise crítica dos principais problemas associados.

Relata-se uma história segundo a qual Tales, um dos primeiros filósofos, absorto em suas reflexões, não percebeu um buraco à sua frente, resultando em sua queda. Essa narrativa retrata o filósofo como alguém desatento aos fatos mais imediatos ao seu redor, a ponto de se tornar vítima deles. É evidente que essa anedota histórica não representa de forma adequada a filosofia de Tales, que se dedicou a estabelecer um princípio fundamental para a constituição da Natureza. No entanto, a história de sua queda no buraco permite assinalar um aspecto crítico da filosofia, relacionado ao desprezo de alguns pensadores pelas coisas tal como aparecem (*πράγματα καθὼς φαίνονται*). Ao longo da história, essa atitude variou em intensidade,

<sup>1</sup> Na *Metafísica*, Aristóteles utiliza predominantemente o termo *tithenai* (τιθέναι) em contextos que envolvem a definição e categorização de substâncias. Por exemplo, ele discute a essência das coisas ao afirmar que é necessário *tithenai to ti estin* (τιθέναι τὸ τί ἐστιν), que se traduz como «estabelecer o que é» (Met., VII, 1, 1028b). Aqui, o foco está na necessidade de categorizar as substâncias para compreender sua natureza. Embora *sozein* (σώζειν) não apareça com a mesma frequência na *Metafísica*, sua ideia de “preservar” a realidade é implícita nas discussões sobre a importância da percepção. A relação entre a verdade e os fenômenos percebidos reflete a preocupação de Aristóteles em salvaguardar a integridade da experiência sensorial, embora esse conceito não seja explicitamente mencionado nas passagens centrais. Esses termos refletem diferentes aspectos da abordagem metafísica de Aristóteles: enquanto *tithenai* enfatiza a análise e definição, *sozein* destaca a importância de manter a conexão com a realidade percebida.

<sup>2</sup> O termo “universalizável” é utilizado neste contexto para referir-se à aplicabilidade do expediente *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα) nas diversas obras de Aristóteles, e não a todo o campo filosófico. A discussão se concentra em como esse expediente pode ser interpretado e utilizado dentro da metodologia aristotélica, considerando suas particularidades e limites em cada obra específica.

dependendo da posição mais ou menos radical de determinados filósofos em relação ao valor do que é oferecido pela percepção.

Um contraponto: Aristóteles foi um filósofo atento a tudo o que o cercava, dotado de uma curiosidade ímpar pelo mundo. Ele não se limitou às teorias e abstrações, mas dedicou-se às pesquisas empíricas, opondo-se às filosofias que se perdem em suas ficções<sup>3</sup>. Essa abordagem fez com que alguns intérpretes o denominassem filósofo do senso comum.<sup>4</sup>

Essa postura filosófica diante do mundo levou Aristóteles a desenvolver áreas como física, biologia, astronomia e, como se procurará demonstrar, também a metafísica. Sempre preocupado com a verdade, Aristóteles não a entende como algo que estaria fora dos fenômenos, mas sim como algo que necessariamente deve estar relacionado ao que nos aparece. Não é sem razão que ele afirma que a investigação da verdade, por um lado, é fácil, uma vez que, conforme o ditado que cita, “quem poderia errar uma porta [ao atirar uma flecha]?”<sup>5</sup> Contudo, por outro lado, ele também indica que a investigação da verdade é difícil, sugerindo que chegar a conhecer exatamente o que nos aparece não é algo simples e imediato. O que Aristóteles aponta, portanto, é que a dificuldade da investigação da verdade não está nas coisas em si, mas em como as percebemos. Como ele mesmo afirma: “é possível que a causa da dificuldade da pesquisa da verdade não esteja nas coisas, mas em nós”<sup>6</sup>; isto é, o problema não reside em como as coisas aparecem, mas em como as percebemos, o que demanda um esforço mais atento, cuidadoso e reflexivo para alcançar a verdade subjacente aos fenômenos. Esse processo de investigação filosófica, que parte

---

<sup>3</sup> Aristóteles se opõe à tese que distingue a unidade de unidades, considerando-a absurda e fictícia. Ele esclarece o que entende por ficção: “Chamo ficção a violência feita à verdade em vista de satisfazer uma hipótese” (*Met.*, XIII, 7, 1082b3). A oposição reside, portanto, na recusa em ignorar a verdade, sendo esta, no contexto, representada pelos fenômenos. Nota-se que, na sequência de sua argumentação, Aristóteles afirma: “nós vemos que uma unidade não difere de outra” (*Met.* XIII, 7, 1082b6). Assim, as coisas tal como são não podem ser ignoradas; não se deve violentar os fenômenos para que se satisfaça uma hipótese.

<sup>4</sup> Se o senso comum é identificado com aquilo que se caracteriza como crença comum, e se sua crítica é elaborada com o objetivo de destacar e defender a verdade contida nas crenças comuns, então Aristóteles pode ser considerado o primeiro dos filósofos do senso comum. *IN: EDWARDS, P.(ed.) The encyclopedia of philosophy.* New York, 1972. 4 vol.

<sup>5</sup> *Met.*, II, 1, 993b4.

<sup>6</sup> *Met.*, II, 1, 993b8.

dos fenômenos e chega à compreensão das causas, é caracterizado pela contínua interação entre a percepção sensível e o raciocínio intelectual.<sup>7</sup>

De certo modo, pode-se afirmar que a filosofia aristotélica é engajada com o mundo, não se tornando alheia a ele. Aristóteles não vê o conhecimento como algo puramente teórico ou distante da experiência cotidiana; ao contrário, ele destaca a importância de se conectar com a realidade por meio da observação sensível, de modo que o filósofo deve estar imerso no mundo para compreender as causas e as verdades que nele se revelam. A filosofia aristotélica, então, é profundamente prática, pois não se limita a uma análise abstrata, mas é fundamentada na experiência do mundo sensível.

A partir dessas considerações, pode-se afirmar que o expediente metodológico *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα), apesar de sua complexidade e das discussões sobre sua tradução e aplicação exata dentro da metodologia aristotélica, representa um dos aspectos fundamentais que demonstram o compromisso de Aristóteles com os fatos e com a investigação empírica. Aristóteles defende que a investigação filosófica deve começar com os fenômenos tal como nos aparecem, pois são essas aparências sensíveis que nos fornecem as pistas para um entendimento mais profundo da realidade. Essa abordagem possibilita contrariar a imagem censurável do filósofo como alguém descomprometido com o “senso comum” e com a evidência da verdade disponível nas coisas. Assim, Aristóteles não despreza as percepções sensíveis, mas as utiliza como ponto de partida para a busca de um conhecimento mais sólido e completo, que se expande através da razão e da investigação meticulosa.

---

<sup>7</sup> A relação entre percepção sensível e raciocínio intelectual é de grande importância na filosofia aristotélica, já que Aristóteles vê a experiência sensível como a base para o conhecimento intelectual. No entanto, o foco deste artigo é demonstrar a utilização do expediente metodológico *tithenai ta phainomena* na investigação aristotélica, e não abordar de maneira exaustiva os aspectos epistemológicos dessa interação. Para tal análise mais detalhada da epistemologia aristotélica, seria necessário um estudo separado, o que está fora do escopo deste trabalho.

O artigo clássico *tithenai ta phainomena*<sup>8</sup> de Owen marca uma reviravolta significativa na compreensão deste expediente metodológico. Apresentado em 1960 no *Symposium Aristotelicum*<sup>9</sup>, cujo tema foi “Aristóteles e os problemas de método”, provocou uma série de outros artigos que discutem suas conclusões. Desde então, tornou-se uma referência imprescindível nas discussões metodológicas sobre o expediente em questão. A análise de Owen é fundamental para situar e contextualizar a problemática da presente investigação. Geralmente, ele é identificado como o responsável por trazer à tona, na filosofia contemporânea, o problema da compreensão adequada dos *phainomena* (φαίνεσθαι) em Aristóteles. Conseqüentemente, os estudiosos do expediente em Aristóteles frequentemente se concentram em debater o sentido a ser atribuído ao termo *phainomena* (φαίνεσθαι), justificando suas escolhas com base nos textos de Aristóteles e buscando indicar uma orientação metodológica mais geral e significativa para os trabalhos aristotélicos. Entretanto, como assinalado por Cleary, que é um dos poucos a chamar a atenção para esse aspecto, para elucidar a função dos fenômenos em Aristóteles, é necessário enfrentar alguns problemas filosóficos e históricos<sup>10</sup>.

Para Cleary e Duhem<sup>11</sup>, o expediente é originalmente produzido sob a indicação de Platão<sup>12</sup>, que, no *Timeu*, prescreve aos matemáticos da Academia a busca por uma resposta a um problema identificado na observação dos astros, uma vez que estes não se ajustavam adequadamente à

<sup>8</sup> Cf. OWEN, G. E. L. *Tithenai ta phainomena*. In: MORAVCSIK, J. M. E. (ed.) *Aristotle: A Collection of Critical Essays*. New York: Macmillan and Co Ltd, 1968, p. 172.

<sup>9</sup> Para compreender melhor a importância dos *Symposia Aristotelica*, e dos artigos apresentados na edição de 1960 ver BERTI, E. *Aristóteles e o século XX*. Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 13.

<sup>10</sup> CLEARY, J. *Phainomena in Aristotle's methodology*. International Journal of Philosophical Studies, v. 2, n. 1, p. 61-97, 1994. p. 61.

<sup>11</sup> Duhem detalha a história: “Além deste (Eudoxo), foi importante para a permanência histórica do expediente, o discípulo de Aristóteles Eudemus, visto que recolheu o material de Eudoxus e os descreveu em sua obra *História da Astrologia*. Sosigenes, professor de Alexandre, tomou de Eudemus e as transmitiu a Simplicius, de quem as recebemos.” In: DUHEM P., *Salvar os fenômenos: Ensaio sobre a noção de teoria física de Platão a Galileu*. Cadernos de História e Filosofia da Ciência, suplemento 3, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, Unicamp, Campinas, 1984, p.7.

<sup>12</sup> E.J. Aiton, *History of Science* 19, 75 (1981) contraria essa história, atribuindo a paternidade desse programa a Posidônio.

sua teoria. Consequentemente, Eudoxo adota essa indicação e desenvolve uma solução para a questão platônica:

Platão admite, em princípio, que os corpos celestes se movem com um movimento circular, uniforme e constantemente regular; ele coloca então este problema aos matemáticos: quais são os movimentos circulares, uniformes e perfeitamente regulares que convém tomar como hipótese, a fim de poder salvar as aparências apresentadas pelos planetas?<sup>13</sup>

Eudoxo reproduziu o aparato do movimento retrógrado por meio de movimentos combinados de diferentes esferas, em distintas velocidades e ângulos de rotação<sup>14</sup>. No entanto, ele não conseguiu atingir a finalidade do expediente de maneira adequada. Calipo, então, modificou a teoria de Eudoxo, uma vez que as hipóteses deste último não eram compatíveis com certos fenômenos; Calipo buscou, assim, preservar a integridade desses fenômenos<sup>15</sup>.

Muitas passagens do *corpus aristotelicum* confirmam a importância desse expediente metodológico desenvolvido pelos astrônomos, evidenciando a origem histórica de *sozein ta phainomena*.

Em *Primeiros Analíticos, I, 30*, encontra-se uma das passagens mais frequentemente citadas para confirmar o uso desse expediente. Nela, é possível observar:

Na astronomia, por exemplo, “coube à experiência astronômica” nos transmitir os princípios da astronomia, pois foi “somente quando os fenômenos foram plenamente apreendidos” que se descobriram as demonstrações da astronomia; “e o mesmo se aplica a qualquer outra arte ou ciência”.<sup>16</sup>

Neste trecho, Aristóteles faz uma alusão ao expediente desenvolvido pelos astrônomos da Academia, especialmente Eudoxo e Calipo, embora não os mencione explicitamente. É a partir do trabalho desses dois astrônomos que a astronomia conseguiu formular teorias que salvaram adequadamente os fenômenos, resultando em demonstrações significativas. É importante notar que, embora se esteja estabelecendo uma conexão entre o expediente de *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα), não explicitamente mencionado na passagem, e a experiência astronômica, essa

<sup>13</sup> Simplício apud Duhem, 1984, p.7

<sup>14</sup> Cf. Simplício *apud* Cleary, 1994, p. 62

<sup>15</sup> Duhem, 1984, p. 7.

<sup>16</sup> *Pri. Ana.*, 72b5-20 (Owen, 1968, p. 168, tradução livre, grifo nosso).

relação pode representar uma interpretação forçada do texto dos *Primeiros Analíticos*. Além disso, a identificação entre a origem histórica e a origem textual, que será discutida a seguir, ainda não foi suficientemente explorada na literatura consultada. O único autor a abordar a origem histórica de forma mais abrangente é Cleary, enquanto os demais apenas mencionam seu trabalho, sem tratar especificamente dessa questão.

Outro aspecto importante da passagem acima é a frase final da citação, que afirma que “o mesmo se aplica a qualquer outra arte ou ciência.” Essa afirmação sugere a universalização do método astronômico na abordagem científica, indicando que todas as ciências deveriam se esforçar para compreender adequadamente as experiências relacionadas ao seu campo de investigação, a fim de realizar as demonstrações necessárias. Somente quando os fenômenos forem adequadamente apreendidos é que será possível validar as teorias previamente elaboradas.

Ainda que a leitura da passagem dos *Primeiros Analíticos* possa parecer forçada, a parte final sugere uma interpretação mais abrangente. A afirmação de que “o mesmo se aplica a qualquer outra arte ou ciência” indica uma intenção de Aristóteles em universalizar o método astronômico, propondo que todas as disciplinas científicas devem buscar uma compreensão profunda dos fenômenos que estudam. Essa perspectiva não apenas reforça a importância da experiência na formulação de teorias, mas também sugere que a prática científica deve ser fundamentada em uma análise rigorosa das evidências. Portanto, apesar da dificuldade de vincular diretamente os conceitos apresentados à obra dos astrônomos da Academia, a conclusão proposta por Aristóteles parece legitimar essa conexão, abrindo espaço para uma leitura que valorize a intersecção entre teoria e experiência em todas as ciências.

Além disso, Owen identifica um retrato baconiano da ciência nesse contexto, uma vez que há uma valorização da experiência como fundamento das teorias científicas. Bacon, em sua obra *Novum Organum*, buscou superar o *Organon* aristotélico. Nela, encontra-se uma passagem importante que auxilia na compreensão do motivo pelo qual Owen atribui um retrato baconiano ao método estabelecido em *Primeiros Analíticos*, I, 30. Bacon afirma:

Todos aqueles que ousaram proclamar a natureza como assunto exaurido para o conhecimento, por convicção, por vez professoral ou por ostentação, infligiram grande dano tanto à filosofia quanto às ciências. Pois,

fazendo valer a sua opinião, concorreram para interromper e extinguir as investigações.<sup>17</sup>

Bacon acreditava que a dialética não era um método adequado para o desenvolvimento das ciências. Ele procurava estabelecer a experiência e a observação como bases sólidas para a investigação científica, visando uma busca mais efetiva pela verdade. Ao contrário da dialética, uma ciência fundamentada nos fatos teria a capacidade de confrontar suas teorias com a realidade, evitando a limitação de permanecer apenas no âmbito das palavras. Nesse sentido, a dialética não faz referência ao uso dos sentidos para a apreensão do mundo, o que a prejudica na busca pela verdade.

Há também uma passagem em que Aristóteles se refere ao método dos astrônomos na *Metafísica*, livro *lambda*, na qual afirma:

Que as locomoções são mais numerosas que os corpos movidos, é evidente até mesmo para os que comedidamente tocaram no assunto (pois cada planeta é locomovido por mais de uma). Mas, com relação a quantas são de fato, diremos, para ter uma noção, aquilo que alguns matemáticos dizem, a fim de que haja um número determinado para nosso pensamento considerar. Quanto ao restante, devemos dizer certas coisas que investigamos, mas também as que buscamos saber junto aos que investigaram. Se, aos que se empenharam nisso, aparecer algo em desacordo com o que agora foi dito, devemos ter apreço por ambos os lados, mas dar crédito a quem for mais exato.<sup>18</sup>

Mais uma vez, encontra-se uma referência ao método de observação utilizado pelos astrônomos. Nesta passagem, o método é aplicado ao estabelecimento dos motores imóveis. Um aspecto fundamental para a presente investigação diz respeito às substâncias sensíveis, que, nesse contexto, estão necessariamente relacionadas aos fenômenos. A identificação entre substância e fenômeno não é imediata, pois a definição aristotélica de substância envolve aspectos ontológicos e epistemológicos que precisam ser cuidadosamente distinguidos. Ontologicamente, a substância é aquilo que existe por si mesmo, sendo o princípio fundamental do ser, enquanto os fenômenos referem-se às suas manifestações sensíveis, variáveis e acidentais. Epistemologicamente, no entanto, o conhecimento humano parte

<sup>17</sup> BACON, F. *Novum Organum*. Trad. e notas de José Aluysio Reis de Andrade. SP: Nova Cultural, 2000, p.27. (Coleção os Pensadores)

<sup>18</sup> *Met.*, XII, 8, 1073b3-8. (Tradução de Lucas Angioni).

da experiência sensível, o que faz com que os fenômenos desempenhem um papel fundamental na apreensão da substância.<sup>19</sup>

Dessa forma, embora a substância não dependa dos fenômenos para existir, é por meio deles que se torna cognoscível. Essa inter-relação permite interpretar substância e fenômeno como dimensões interligadas de uma mesma realidade: a substância, ainda que autônoma, se apresenta no mundo por meio de suas qualidades sensíveis, tornando-se acessível ao intelecto humano. Essa abordagem respeita a distinção aristotélica entre essência e acidente sem desconsiderar que, na prática do conhecimento, os fenômenos são a via pela qual a substância se manifesta e pode ser reconhecida.<sup>20</sup>

É necessário especificar essa relação, uma vez que os fenômenos sensíveis não são substâncias em si, mas manifestações de suas propriedades e acidentes. Enquanto a substância é aquilo que existe por si mesmo, os fenômenos representam manifestações de suas propriedades e acidentes, sendo algumas delas essenciais (como a forma substancial) e outras acidentais (como a cor, o tamanho ou a posição). No momento, o que se destaca é a referência aristotélica na *Metafísica* ao expediente astronômico de *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα), que expressa a necessidade de considerar os fenômenos como ponto de partida para a investigação filosófica e científica. Tanto na passagem de *Primeiros Analíticos* quanto na *Metafísica*, Aristóteles compreende a ciência como a aquisição de conhecimento que resulta da análise sistemática do que é apresentado aos sentidos, ou seja, da experiência sensível vinculada ao objeto de estudo daquela ciência. Isso reforça a importância dos fenômenos como via de acesso ao conhecimento da substância, sem que isso signifique que todos os fenômenos sejam substâncias ou que a substância dependa ontologicamente deles.

---

<sup>19</sup> A complexidade da noção de substância em Aristóteles abrange uma ampla gama de interpretações ontológicas e epistemológicas, envolvendo discussões sobre sua relação com a essência, os acidentes e a matéria. No entanto, o escopo deste artigo não permite uma análise detalhada desses aspectos, limitando-se a tratar da inter-relação entre substância e fenômeno dentro do contexto específico da investigação proposta.

<sup>20</sup> Aristóteles estabelece que o conhecimento deve partir do que é mais cognoscível para nós em direção ao que é mais cognoscível por natureza (*Metafísica*, I, 1, 981a-982b). Como o intelecto humano inicialmente apreende a realidade por meio dos sentidos, os fenômenos desempenham um papel fundamental no acesso à substância. Assim, ainda que a substância exista independentemente, é por suas manifestações sensíveis que podemos reconhecê-la e compreendê-la.

A *Ética a Nicômaco* é considerada um texto de grande importância para a compreensão da metodologia empregada por Aristóteles em seus inquéritos. A obra contém tanto observações diretas sobre o procedimento argumentativo e expositivo quanto exemplos da práxis investigativa, aspectos que podem ser identificados nos capítulos 1 a 3 do livro VII. Nesse sentido, possui especial relevância a passagem 1145b2-7, comumente identificada, a partir do clássico artigo de Owen, como o ponto em que se coloca o problema relacionado ao significado do conceito subjacente no termo *phainomena* (φαινόμενα). Ao abordar o fenômeno da *akrasia* (ἀκρασία, fraqueza da vontade), Aristóteles faz considerações sobre o método, ressaltando: “É próprio daquele que tem a razão bem ordenada tentar apreender a realidade de cada coisa, conforme a natureza desta permite.”<sup>22</sup> Assim, embora o expediente metodológico *tithenai ta phainomena* seja um procedimento necessário para lidar com os fenômenos sensíveis como ponto de partida, a dificuldade que o acompanha surge da complexidade de se compreender a totalidade da realidade a partir do que é visível e aparente. A natureza dessa investigação está marcada pela necessidade de uma razão bem ordenada, capaz de discernir as causas subjacentes e profundas que não se revelam diretamente nos fenômenos.

De acordo com Shields, é compreensível que os estudiosos do método de Aristóteles tenham se concentrado nesta passagem para uma caracterização geral, uma vez que se trata de uma das poucas passagens estritamente metodológicas no *corpus aristotelicum*. No entanto, o autor também observa que os intérpretes tendem a “dar um peso excessivo” a essa passagem, elaborando interpretações gerais que não se sustentam quando analisadas isoladamente. Nesse sentido, atualmente há uma variedade de interpretações do expediente, que podem ser classificadas em

<sup>21</sup> Embora se esteja discutindo a origem textual do expediente a partir da *Ética a Nicômaco*, é importante ressaltar que essa origem não se refere a uma sequência cronológica, uma vez que o ordenamento das obras de Aristóteles não é um assunto pacífico. Estamos seguindo a maioria dos intérpretes que localizam na *Ética a Nicômaco* a principal referência desse expediente. Vários estudiosos, como Jonathan Barnes e Richard McKeon, abordam essa complexidade na organização das obras aristotélicas, enfatizando as dificuldades em estabelecer uma linha do tempo clara. Essa questão é fundamental para compreender as inter-relações entre os textos e suas respectivas metodologias.

<sup>22</sup> *EN*, 1, 1094b.

uma escala que vai de maximalistas (como a interpretação de Nussbaum) a minimalistas (como a de Shields), como veremos adiante.

A razão dessas controvérsias é justificável, uma vez que a passagem apresenta uma complexidade considerável. Fernando Mendonça identificou os seguintes elementos que contribuem para essa complexidade:

- a) A obscuridade da metodologia (TTP) indicada no início da discussão sobre a *akrasia* (ἀκρασία), permitindo uma interpretação dialética da metodologia e provocando um intenso debate entre os intérpretes.
- b) O desenvolvimento de uma argumentação intelectualista sobre a *akrasia* (ἀκρασία), que contraria diversas outras passagens referentes ao tema em diferentes trechos da *Ética a Nicômaco*.
- c) A presença de um argumento extenso, dividido em duas partes, sendo uma delas denominada *phusikos* (φυσικός).<sup>23</sup>

Dito isso, passemos à análise da passagem:

Aqui, como em todos os outros casos, cumpre registrarmos os fenômenos e, solucionando primeiramente as incógnitas, continuarmos assim a demonstrar, se possível, a verdade das crenças que sustentamos sobre essas experiências na sua totalidade; ou, se isso não for possível, a maior parte das que foram devidamente comprovadas. Pois, se as dificuldades forem resolvidas e as crenças forem preservadas, teremos demonstrado o suficiente.<sup>24</sup>

Dessa passagem, é possível identificar a estrutura do expediente TTP:

- (1) registrar os fenômenos;
- (2) solucionar as dificuldades;
- (3) provar as opiniões reputáveis.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> MENDONÇA, F. Aristóteles e a refutação do intelectualismo socrático na explicação da acrasia em *EN VII 1-3*. *Philosophos*, v.19, n.2, p. 69-109, jul./dez. 2014. p. 71.

<sup>24</sup> *EN*, VII, 1, 1145b2-7. In: NUSSBAUM, M. C. *A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega*. Tradução: Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: Editora WFM Martins Fontes, 2009, p.213. ὥστερ ἐπὶ τῶν ἄλλων, τίθεντας τὰ φαινόμενα καὶ πρῶτον διαπορήσαντας οὕτω δεικνόναι μάλιστα μὲν πάντα τὰ ἔνδοξα περὶ ταῦτα τὰ πάθη, εἰ δὲ μή, τὰ πλεῖστα καὶ κυριώτατα: ἐὰν γὰρ λύηται τε τὰ δυσχερῆ καὶ καταλείπηται τὰ ἔνδοξα, δεδειγμένον ἂν εἶη ἰκανῶς. (ed. J. Bywater, Aristotle's *Ethica Nicomachea*. Oxford, Clarendon Press. 1894).

<sup>25</sup> Em *Tópicos*, Aristóteles escreve: “Uma opinião reputada é aquela que é aceita seja por todos, ou pela maioria, ou, ainda, pelos mais sábios. Se pelos sábios, por todos eles, pela maioria, ou pelos mais notáveis dentre eles” (100b 22-24). A expressão “opinião reputada” é utilizada para traduzir o grego *endóxon* (ἐνδόξον).

Em grande medida, esses três passos metodológicos são identificáveis em diversas obras de Aristóteles. Eles indicam a estrutura canônica do expediente, adotada pelos intérpretes, nas discussões sobre sua aplicabilidade e universalidade na obra aristotélica. No entanto, os termos da passagem são objeto de inúmeras controvérsias, o que dificulta a apreensão do significado do expediente metodológico *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα). Ademais, não se encontra em outras partes da obra aristotélica um esclarecimento detalhado acerca desse expediente. Embora seja possível indicar sua presença ao longo das obras de Aristóteles, não se consegue determinar com precisão como o filósofo compreende o escopo desse método, além da síntese apresentada na *Ética a Nicômaco* (EN, VII). Nesse sentido, Shields compreendeu que alguns autores, ao enfatizarem excessivamente essa passagem, acabam sobrecarregando-a com interpretações generalizadas, sem levar em conta as limitações do contexto em que ela aparece.

O primeiro passo do procedimento metodológico *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα) propõe uma atividade comum a todos os pesquisadores, independentemente da ciência ou arte em questão. Esse passo consiste no levantamento do que parece ser o caso (*ta phainomena*, τὰ φαινόμενα) no domínio da investigação, ou seja, no exame dos fenômenos tal como se apresentam. Esse movimento inicial é essencial para qualquer pesquisa, pois proporciona um ponto de partida para a investigação. Aristóteles o prescreve diante de um problema específico: a possibilidade de uma pessoa não conseguir agir de acordo com sua vontade, mesmo sabendo da necessidade de fazê-lo. Para Sócrates, tal situação seria impossível, e ele argumenta que, caso ocorra, seria uma contradição com os próprios fenômenos.

Em um contexto semelhante, na *Metafísica* (Μεταφυσικά), Aristóteles analisa as opiniões de Parmênides, Melisso e Xenófanés<sup>26</sup>, onde também há uma evidência fenomênica sendo contradita pela teoria estabelecida. No caso de Parmênides, que via o uno como o único ser verdadeiro, relegando a multiplicidade ao domínio da opinião e da percepção sensível, Aristóteles observa que ele “se vê forçado a levar em conta os fenômenos”<sup>27</sup>. Mesmo ao desenvolver uma teoria contraintuitiva, que tenta excluir a multiplicidade percebida pelos sentidos, Parmênides não pode escapar

<sup>26</sup> Cf. *Met.*, I, 5, 986b18ss).

<sup>27</sup> Cf. *Met.* IV, 5, 1010a1-5

da necessidade de considerar as coisas tal como elas aparecem, ou seja, a evidência sensível se impõe a qualquer construção teórica que ignore a multiplicidade fenomênica.

Esse tipo de tensão entre teoria e fenômenos aparece também no procedimento metodológico de Aristóteles. No segundo passo do procedimento, a solução para as dificuldades surge da maneira como Aristóteles lida com as aporias ou dificuldades da investigação. Aubenque, ao analisar a metodologia de Aristóteles, faz uma distinção importante entre “trabalhar para a resolução de um problema” e “dar uma solução definitiva”. Segundo Aubenque, quando Aristóteles trabalha para resolver uma aporia, ele não busca eliminá-la completamente, mas a realiza, ou seja, reconhece a dificuldade e a mantém em seu contexto. No entanto, quando uma solução é dada, a aporia é resolvida, o que é mais raro nas investigações de Aristóteles. Em obras como a *Metafísica*, as aporias não possuem soluções definitivas, caracterizando a filosofia metafísica como uma ciência de busca eterna, sem respostas finais, mas com um processo contínuo de questionamento e reflexão.<sup>28</sup>

Por outro lado, Irwin argumenta que os verbos utilizados nesta passagem da *Ética a Nicômaco (EN)*, que estão no tempo perfeito, dificilmente se referem apenas a um processo sem resultado. O tempo perfeito, segundo Irwin, indica não apenas a ação em si, mas também o seu efeito ou culminação, sugerindo que o processo investigativo aristotélico não é apenas contínuo, mas visa a um resultado, mesmo que esse resultado não seja uma solução final ou definitiva. Nesse sentido, Aristóteles parece compreender o conhecimento como um processo que, ao ser levado a cabo, resulta em algum tipo de esclarecimento ou resolução parcial, mesmo que ainda falte uma resposta completa. Esse entendimento reflete a busca constante pela verdade, que, apesar de não ser solucionada de forma definitiva, sempre propicia progressos no entendimento dos fenômenos.<sup>29</sup>

Embora existam controvérsias sobre o significado e aplicação do expediente metodológico *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα), é possível identificar exemplos concretos desse segundo passo metodológico em várias partes da obra de Aristóteles. Nos *Segundos Analíticos (I, 1-2.)*,

<sup>28</sup> Cf. AUBENQUE, P. *O problema do ser em Aristóteles: ensaio sobre a problemática aristotélica*. Tradução: Cristina de Souza Agostini e Dioclésio Domingos Faustino. São Paulo: Paulus, 2012, p.468.

<sup>29</sup> IRWIN, T. *O caráter aporético da metafísica de Aristóteles*. In: Zingano, M.(org.) *Sobre a Metafísica de Aristóteles*. p. 346-347.

por exemplo, a doutrina da definição surge após uma análise minuciosa das aporias, o que reflete a prática aristotélica de primeiro examinar os problemas e obstáculos antes de buscar uma definição precisa. O mesmo procedimento é observado na *Física* (IV, 10.), especificamente na discussão sobre o tempo, onde a resolução das aporias é essencial para esclarecer a natureza do fenômeno. Aristóteles dedica um livro inteiro da *Metafísica* (III, 1-3) à análise das aporias, evidenciando a importância de confrontar e resolver contradições antes de avançar para uma compreensão mais profunda.<sup>30</sup> Esse processo, como ele afirma, possibilita a identificação do “caminho bom e fácil de percorrer”<sup>31</sup> ao ultrapassar as dificuldades e esclarecer as questões fundamentais que surgem no percurso investigativo.

Por fim, analisa-se o terceiro passo presente no expediente *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα): a prova das opiniões reputáveis. Após o levantamento dos fenômenos de um determinado campo de pesquisa e a resolução das dificuldades desse primeiro procedimento, procede-se à verificação das opiniões reputáveis, ou seja, aquelas selecionadas por meio da solução das aporias, eliminando ambiguidades e contradições. Este terceiro procedimento busca evidenciar a veracidade das opiniões e fenômenos no campo de investigação.

O objetivo aristotélico, pelo menos na *Ética a Nicômaco*, é provar todas as opiniões reputáveis; caso isso não seja viável, pretende-se, ao menos, alcançar a maioria delas.

Esses três passos metodológicos do expediente - *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα) - foram brevemente descritos para fornecer uma compreensão da estrutura e dos termos relevantes nesse contexto, de modo a permitir uma abordagem mais adequada às questões levantadas no início deste artigo. Cada um desses passos possui amplo suporte bibliográfico, tanto nas obras de Aristóteles quanto entre seus intérpretes. Não é intenção deste trabalho ser exaustivo em sua descrição, mas destacar alguns elementos fundamentais que constituem o expediente.

A descrição dessa estrutura possibilita a verificação da origem textual do expediente em Aristóteles, uma vez que em nenhum outro lugar se encontra essa estrutura sistematizada.

<sup>30</sup> Cf. HÖFFE, O. *Aristóteles*. Trad. Roberto Hofmeister Pich. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 92-93.

<sup>31</sup> Cf. Höffe, 2008, p. 93.

#### 4. *TITHENAI TA PHAINOMENA* É UM EXPEDIENTE UNIVERSALIZÁVEL?

As opiniões dos intérpretes sobre a universalização desse expediente são controversas. Dada a divergência na compreensão do expediente, especialmente em relação ao seu significado metodológico, essa disputa não se limita ao próprio expediente. Ela tende a extrapolar seus limites, especialmente quando se busca estabelecer, a partir de um expediente propedêutico, um método mais robusto e complexo aplicável a toda a filosofia aristotélica.

Mendonça sustenta que, para muitos intérpretes, o expediente *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα) é considerado um programa de inquérito dialético, uma vez que a referência às opiniões reputadas (*endoxa*)<sup>32</sup> e sua submissão a um procedimento diaporético são vistas como suficientes para tal caracterização. Contudo, há aqueles que se mostram céticos em relação a essa interpretação.<sup>33</sup> Essa questão representa um dos problemas fundamentais da metodologia aristotélica; no entanto, não se pretende aprofundar nessa discussão, pois, conforme assinalado por Wians, a resolução desse problema exigiria:

Praticamente o conjunto da filosofia de Aristóteles - sua psicologia da percepção e da experiência, teorias da linguagem, aprendizagem e instrução, nosso lugar na natureza- toda a fundamentação metafísica do pensamento, da palavra e do mundo.<sup>34</sup>

Dessa forma, esta seção sobre a universalidade do expediente é predominantemente informativa, uma vez que uma possível solução para essa

<sup>32</sup> A distinção entre *endoxa* e *phainomena* reveste-se de significativa importância na metodologia aristotélica, uma vez que cada termo implica considerações distintas para a construção do conhecimento. O conceito de *endoxa* refere-se às opiniões amplamente aceitas ou crenças que, embora respeitáveis, podem não refletir a verdade. Em contraste, *phainomena* relaciona-se aos fenômenos observáveis, isto é, àquilo que se apresenta aos sentidos e que deve ser considerado na investigação. A ênfase em um termo em detrimento do outro pode influenciar substancialmente a abordagem metodológica e epistemológica adotada, impactando tanto a análise ética quanto a científica dentro do corpus aristotelicum. A problematização do uso desses termos, portanto, é crucial para uma compreensão mais aprofundada da estrutura e das implicações da metodologia aristotélica. No entanto, por mais relevante que essa questão seja, ela escapa ao escopo do presente artigo.

<sup>33</sup> Mendonça (2014), Frede (2012) e Salmieri (2009)

<sup>34</sup> Praticamente o conjunto da filosofia de Aristóteles - sua psicologia da percepção e da experiência, teorias da linguagem, aprendizagem e instrução, nosso lugar na natureza- toda a fundamentação metafísica do pensamento, da palavra e do mundo.

questão depende de outros aspectos que não serão abordados neste artigo. Assim, a seção se restringirá a uma apresentação da origem dessa questão, enfocando a gênese textual do expediente e destacando os problemas textuais e interpretativos relacionados ao estabelecimento do expediente *tithenai ta phainomena* (τιθέναι τὰ φαινόμενα).

A questão da universalidade do expediente emerge como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos intérpretes ao analisarem a passagem 1145b2-7 da *Ética a Nicômaco*, a qual se refere ao significado de ὅσπερ ἐπὶ τῶν ἄλλων. Na tradução realizada por Nussbaum, observa-se que ela segue a interpretação de Ross, que identifica a força do termo não qualificado τῶν ἄλλων, afirmando que não é razoável interpretá-lo como “em alguns outros casos”.<sup>35</sup> Além disso, Nussbaum faz referência à passagem do *Primeiros Analíticos* (I, 30, 46a17-22), que explicita o papel crucial dos fenômenos em todas as investigações aristotélicas. Com isso, Nussbaum defende a universalização do expediente. No entanto, o ὅσπερ ἐπὶ τῶν ἄλλων pode ser interpretado de maneira restritiva, aplicando-se apenas a determinados problemas éticos, distintos de outros.<sup>36</sup>

Na interpretação restritiva, o expediente de salvar os fenômenos é compreendido mais como uma máxima aristotélica,<sup>37</sup> herdada por ele da Academia de Platão, em particular de Eudoxo.<sup>38</sup> Somente com o desenvolvimento das investigações na ciência aristotélica é que surge a complexidade envolvida no estabelecimento desse expediente em Aristóteles. É importante ressaltar que até o século XX, poucos estudiosos haviam problematizado esse aspecto da metodologia aristotélica.<sup>39</sup>

<sup>35</sup> Como veremos, a posição de Nussbaum é criticável.

<sup>36</sup> Cf. ZINGANO, Marco Antônio. *Estudos de Ética Antiga*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007, p. 451.

<sup>37</sup> Parece ser também a interpretação de Otfried Höffe, quando intitula o sexto capítulo de sua obra sobre Aristóteles: Quatro máximas metódicas.

<sup>38</sup> Segundo Mittelstrass, Eudoxo teria sido o criador da expressão salvar os fenômenos. In: Mittelstrass, J. (1962), *Die Rettung der Phänomene* (Berlin)

<sup>39</sup> Thomas S. Kuhn, em *The Copernican Revolution* (44-77), discute o problema dos epiciclos na teoria astronômica de Ptolemeu. Os epiciclos eram uma solução complexa para explicar os movimentos planetários no modelo geocêntrico, que se mostrava cada vez mais inadequado. Kuhn argumenta que, enquanto esses ajustes eram necessários para explicar os dados observacionais dentro do paradigma vigente, a revolução copernicana e a adoção do modelo heliocêntrico trouxeram uma explicação mais simples e coerente, resultando em uma mudança de paradigma. Essa transformação exemplifica como teorias científicas podem ser revistas em face de novas evidências e abordagens metodológicas.

Os defensores da universalização desse expediente, na maioria das vezes, provêm de contextos de discussões éticas. Essa predominância é compreensível, uma vez que o expediente é estabelecido na *Ética a Nicômaco* (EN) e há esforços recentes para evidenciá-lo na *Ética Eudêmia* (EE)<sup>40</sup>. Ao analisarmos os dados sobre *tithenai ta phainomena*, observa-se que quase a totalidade dos trabalhos se concentra nas obras éticas, considerando-o como um expediente metodológico universal, fundamentando-se na passagem da EN.

Ao comentar o capítulo VII dessa obra, Richard Kraut observa que:

Devemos lembrar que, para Aristóteles, consultar as *endoxa* é “um método geral”, e não um método usado apenas para a investigação de tópicos éticos [...] ele o emprega repetidamente em suas investigações acerca de questões teóricas.<sup>41</sup>

Observa-se que a interpretação do método *tithenai ta phainomena* frequentemente assume uma perspectiva de universalização, caracterizando-o como um método *endoxal*, ou seja, um método baseado em crenças geralmente aceitas e comuns dentro de determinado contexto epistemológico. A discussão sobre as dificuldades relacionadas à tradução de *phainomena* será abordada posteriormente. Ao longo de nossa investigação, uma gama de possibilidades emergiu, permitindo uma compreensão mais profunda das implicações e do escopo da máxima que se transformou em um expediente metodológico. No entanto, nem todos os intérpretes aceitam a universalização desse expediente, considerando que os defensores dessa perspectiva tendem a concluir, de forma precipitada, que a única passagem sobre o expediente implica um método geral em Aristóteles. É importante ressaltar que essa visão não questiona a validade do expediente em sua totalidade, pois o primeiro passo da estrutura do método parece, de fato, guiar todas as investigações aristotélicas. Contudo, a universalização do expediente parece estar atrelada a uma linha interpretativa bastante presente na contemporaneidade, que sugere que o principal método de inquérito de Aristóteles é o método dialético, em sua versão mais sofisticada do que a praticada por Platão, conforme desenvolvido em

<sup>40</sup> Vide Oliveira, M. *Phainomena, endoxa e a unidade do método em Aristóteles*. *Hypnos*, São Paulo, v. 40, 1º sem., 2018, p. 77-100.

<sup>41</sup> KRAUT, R. (ed.) *Aristóteles: A Ética a Nicômaco*. Trad.: Alfredo Storck. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 80.

*Tópicos*. Assim, o que inicialmente era considerado uma máxima passa a ser fundamental para a decisão sobre um tema central em Aristóteles: seus métodos de inquérito científico.

Embora essa questão tenha grande relevância para várias discussões metodológicas em Aristóteles, sua abrangência e complexidade exigiriam um estudo mais profundo, que excederia os limites do presente artigo. A discussão sobre as implicações desse aspecto metodológico, se abordada, demandaria um exame mais detalhado das diferentes interpretações que circulam sobre o método aristotélico, o que não é o foco da investigação proposta aqui. Por isso, optamos por uma abordagem neutra, que não compromete o escopo da pesquisa em questão, permitindo um aprofundamento apenas nas questões diretamente relacionadas ao expediente *tithenai ta phainomena*.

##### 5. *PHAINOMENA*: UMA TRADUÇÃO ADEQUADA?

A segunda dificuldade apresentada, que é tão complexa quanto a primeira, refere-se à tradução do termo *phainomena* como “fenômenos”. Na tradução de Nussbaum, o termo é vertido como “aparências”, com o objetivo de evitar a ambiguidade entre dados sensíveis e opiniões reputáveis. Kraut interpreta fenômenos como *endoxa*, afirmando que, na passagem da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles utiliza os termos para se referir às mesmas categorias. Contudo, ao tentar universalizar a aplicação do expediente em outras obras teóricas, deve-se ter cautela ao associar diretamente os termos “fenômenos” e “opiniões comuns/reputáveis”.

A investigação será iniciada com a apresentação de esclarecimentos linguísticos e filosóficos acerca do termo fenômeno. Em seguida, será abordada a interpretação de Owen sobre o expediente, a partir da qual as demais interpretações emergem, sendo identificadas algumas falhas, além de seguir suas indicações ou recusá-las. Com o paradigma tradicional e a solução de Owen em mente, será indicada uma solução maximalista, apresentando a interpretação de Nussbaum, que sustenta que Aristóteles se limita a “manter as aparências” em seus empreendimentos filosóficos. Por fim, será apresentada uma solução minimalista do expediente, conforme a interpretação de Shields, que não considera a existência de tal expediente, argumentando que Aristóteles se orienta por um princípio de conservação fenomenológica.

O termo *pbainomena* é um plural neutro do particípio presente de *pbainesthai*, verbo frequentemente traduzido como “aparecer”. Isso, de imediato, remete ao oposto do conceito fundamental da ontologia grega, que é o conceito de “ser”. Todos os pensadores gregos, de alguma forma, se depararam com a oposição entre o aparecer e o ser. Alguns deles consideraram que tudo o que aparece aos nossos sentidos deve ser considerado verdadeiro, enquanto outros se esforçaram para manter a verdade afastada da indeterminação das coisas deste mundo. A respeito do primeiro grupo, Aristóteles apresenta um relato dramático, no qual elenca uma série de grandes pensadores. Iniciando com Empédocles, passando por Demócrito, Parmênides, Anaxágoras e chegando a Homero, Aristóteles extrai a seguinte conclusão:

[...]note-se a consequência, mais desconcertante: se os que mais investigaram a verdade que podemos alcançar (e estes são os que mais a buscam e a amam), se justamente eles têm opiniões desse tipo e professam tais doutrinas sobre a verdade, como não poderão desanimar, e com razão, os que começam a filosofar? Buscar a verdade seria como correr atrás de um pássaro voando.<sup>42</sup>

A discussão sobre a “verdade dos fenômenos”, “aparências”, “opiniões” e “sensações” (1009a1-2) em Aristóteles pode ser profundamente enriquecida a partir da análise das concepções de filósofos pré-socráticos como Parmênides, Empédocles, Anaxágoras e Demócrito. Parmênides, em seu fragmento B16, argumenta que a verdadeira realidade é una e imutável, negando a pluralidade e o movimento. Para ele, a percepção sensível é ilusória, pois não pode nos conduzir ao conhecimento verdadeiro, já que ela nos mostra um mundo em constante mudança. Sua ênfase está na razão como única via de acesso à verdade. Em contraste, Empédocles (B106) e Anaxágoras (B12), embora também considerem que a verdadeira realidade não seja imediatamente acessível à percepção sensível, admitem que o mundo é composto por uma multiplicidade de elementos que interagem, e que as percepções podem ser intermediárias para entender a constituição do cosmos, embora imperfeitas.

Demócrito (B8-B10), por sua vez, segue uma linha atomista, defendendo que os fenômenos percebidos são resultado de uma interação de átomos, e as sensações que experimentamos são, portanto, distorcidas,

<sup>42</sup> *Met.*, IV, 5, 1009b 35.

mas ainda assim refletem a estrutura do mundo material. De acordo com essa visão, embora os fenômenos sensíveis possam enganar, eles não são inteiramente sem valor, pois oferecem pistas sobre a composição atômica da realidade.

Aristóteles, em sua abordagem, critica a concepção de Parmênides de que as percepções sensíveis são completamente ilusórias e se opõe à ideia de que a verdadeira realidade está além da percepção sensível. Para ele, os fenômenos e as aparências são elementos importantes na investigação da verdade, pois fornecem os dados iniciais a serem analisados racionalmente. Contudo, Aristóteles propõe uma distinção entre os “fenômenos” ou “aparências”, que são os dados sensíveis que nos chegam, e as “opiniões comuns” (*endoxa*), que são as crenças compartilhadas pelas pessoas. A partir dessa base empírica, Aristóteles busca a essência das coisas, utilizando a razão para investigar o que está por trás das aparências.

Por outro lado, a crítica aristotélica ao relativismo de Protágoras, segundo o qual “o homem é a medida de todas as coisas”, encontra eco na teoria da “não contradição” (1009a6 ss.), onde Aristóteles defende que, embora as percepções sensíveis possam ser contraditórias, a realidade em si não pode ser contraditória. A verdadeira natureza das coisas está além das aparências e não depende da subjetividade individual; portanto, o conhecimento só pode ser alcançado por meio de uma análise lógica e sistemática das causas e dos princípios universais.

Em resumo, Aristóteles se distingue de Parmênides, Empédocles, Anaxágoras e Demócrito ao aceitar que os fenômenos sensíveis têm um papel fundamental na investigação da verdade, desde que sejam corretamente analisados e compreendidos através do raciocínio. Ele rejeita, portanto, a ideia de que a percepção sensível é totalmente enganosa, propondo uma metodologia que parte das “aparências” para alcançar um conhecimento mais profundo da realidade.

Desse relato, pode-se concluir que ignorar as aparências representa um desafio tão grande quanto estabelecer um lugar seguro para a verdade. É importante lembrar o caráter agonístico, destacado por Cassin, no qual Aristóteles se envolve ao tentar fundamentar sua ciência do ser enquanto ser através do mundo sensível.<sup>43</sup> Aristóteles não dedicou nenhum tratado específico aos fenômenos, nem fez considerações semânticas sobre seu sentido ou variação linguística. No entanto, ao analisarmos suas obras,

<sup>43</sup> Cf. Cassin, 1999.

percebemos um esforço filosófico para que o “ser” dialogue com o “aparecer”, não sendo, portanto, duas realidades excludentes, mas sim interdependentes, na medida em que o acesso ao “ser” deve necessariamente passar pelo “aparecer”.

### 5.1. Owen: a ambiguidade dos *phainomena*

O artigo de Owen *Tithenai ta phainomena* constitui um verdadeiro divisor de águas. Ele argumentou que o termo *phainomena* deve ser compreendido em um amplo espectro de significados, referindo-se tanto aos fatos empíricos, como a interpretação tradicional compreendia, quanto, em alguns tratados—especialmente na *Ética* e na *Física*—às opiniões reputadas (*endoxa*). A partir da análise da origem textual do expediente, Owen assinalou que a interpretação mais adequada do termo *phainomena* na discussão sobre a fraqueza da vontade não se limita a fatos empíricos ou materiais provenientes da experiência, mas, ao observar o procedimento aristotélico, envolve o recolhimento daquilo que é comumente dito sobre a acrasia. No procedimento de refutação de Sócrates, o Estagirita não recorre à experiência, mas sim aos *ta endoxa* e *ta legomena*.<sup>44</sup>

A preocupação de Owen vai além da aparente discrepância entre a concepção aristotélica de fenômenos e sua prática metodológica, na qual os fenômenos desempenham um papel central. Owen destaca que, embora Aristóteles enfatize a importância dos fenômenos como ponto de partida para a investigação, há uma tensão entre essa posição e a concepção tradicional de sua metodologia, que tende a tratar os fenômenos como dados sensíveis a serem superados em favor de explicações mais universais e abstratas. O autor questiona se, ao focar nos fenômenos, Aristóteles não estaria atribuindo a eles um papel mais fundamental e integral do que a interpretação clássica sugere, sugerindo que a análise aristotélica dos fenômenos vai além de uma simples abordagem empírica ou superficial.

---

<sup>44</sup> Conforme assinalado na nota 29, a interpretação de “endoxa” e “phainomena” como sinônimos pode ser condizente com a exegese aristotélica, conforme propõe Owen, mas também levanta questões complexas. Aristóteles utiliza esses termos em contextos distintos, o que pode gerar ambiguidades em sua interpretação. Embora ambos se relacionem à experiência e ao conhecimento comum, suas conotações e funções filosóficas diferem. A exegese aristotélica frequentemente requer uma análise cuidadosa das nuances entre esses termos, considerando o contexto em que aparecem. Portanto, é válido destacar que a equiparação dos dois pode simplificar excessivamente a riqueza da obra de Aristóteles e suas distinções conceituais.

O autor inicia sua análise apresentando o paradigma tradicional de interpretação da metodologia de Aristóteles, fundamentado na seguinte passagem dos *Primeiros Analíticos*:

Na astronomia, por exemplo, “coube à experiência astronômica” nos transmitir os princípios da astronomia, pois foi “somente quando os fenômenos foram plenamente apreendidos” que se descobriram as demonstrações da astronomia; “e o mesmo se aplica a qualquer outra arte ou ciência.”<sup>45</sup>

A partir dessa passagem, é identificado o sentido tradicional de *phainomena* como dados provenientes da experiência. Segundo Owen, essa concepção tradicional é adequada aos trabalhos biológicos e meteorológicos de Aristóteles, mas não pode ser aplicada com a mesma precisão à *Física*. Baseando-se em uma passagem de Augustin Mansion, ele assinala que a *Física* aristotélica pode ser, de modo geral, reduzida a análises conceituais que estão mais guiadas por dados empíricos do que fundamentadas neles.

Na *Física*, o sentido de *phainomena*, interpretado linguisticamente, revela-se mais apropriado. Owen utiliza como exemplo a análise que Aristóteles realiza sobre o conceito de lugar, na qual o Estagirita apresenta quatro argumentos para a existência do lugar. Os termos utilizados ao longo desses argumentos são: *dokei* (δοκεῖ) (parece ser o caso), *legomena* (λεγόμενα) (os teóricos disseram), *nomizôusin* (νομίζουσιν) (Hesíodo e a maioria dos pensadores consideraram) e *endoxa* (ἔνδοξα) (concepções comuns acerca dos lugares naturais). Assim, Owen indica que, na *Física*, a preocupação principal de Aristóteles é com as opiniões comuns e dos sábios, as *endoxa*, e não com os fatos observados ou dados da percepção.

Dessa forma, segundo Owen, na *Física* de Aristóteles não encontramos o uso tradicional ou conservador do termo *phainomena*, ligado ao quadro baconiano da interpretação da epistemologia aristotélica, mas sim um uso linguístico associado ao termo *endoxa*. Para sustentar essa afirmação, ele apresenta dois argumentos: primeiro, porque Aristóteles não realiza um levantamento de fatos observados, mas sim um levantamento das *endoxa*; segundo, na disputa com Sócrates, que Aristóteles acusa de estar em conflito com os *phainomena*, não podemos concluir que Sócrates esteja em desacordo com os fatos, como a *akrasia*, um fenômeno frequentemente observado, mas sim com aquilo que é comumente dito sobre a incontinência, ou seja, com as *endoxa/legomena*. Assim, Owen avança em sua

<sup>45</sup> *Ana. Pri.*, I, 30, 72b5-20. (Owen, 1968, p. 168, tradução livre, grifo nosso).

argumentação, apontando que todo o argumento dialético pode iniciar com os *phainomena* compreendidos no registro das *endoxa*.

[...] a Física [de Aristóteles] ocupa-se não com a física, em nosso sentido da palavra, mas com a filosofia. Seus dados são, na maior parte dos materiais, não de história natural, mas de dialética, e os seus problemas, consequentemente, não são questões de fatos empíricos, mas problemas conceituais.<sup>46</sup>

Portanto, além de demonstrar a ambiguidade do uso aristotélico de *phainomena*, indicando dois usos possíveis, Owen conclui que é um erro buscar uma resposta geral e única para a função que Aristóteles atribui a eles.

## 5.2. Nussbaum: *phainomena* como aparências

Martha Nussbaum opta pela tradução literal de *phainomena*, ou seja, pelo termo “*as aparências*”. Ela se opõe radicalmente à tradição e ao retrato baconiano do método de Aristóteles, argumentando que essa concepção científica é anacrônica e não deve ser atribuída a Aristóteles.<sup>47</sup> Embora Nussbaum concorde, em certa medida, com as propostas de Owen, ela faz considerações que Owen não abordou por ainda se manter em uma posição conservadora. Além disso, ela avança sua interpretação do método de “salvação das aparências”, revitalizando-o e ressaltando sua pertinência para a filosofia, ao afirmar que “o método filosófico apropriado é comprometido e limitado por elas” (as aparências).<sup>48</sup>

Para Nussbaum, o método aristotélico da “salvação das aparências” enfrenta dois ataques. O primeiro é a dificuldade textual na tradução do termo *phainomena*, que pode esvaziar completamente seu sentido. Ao lidarmos com os diversos textos aristotélicos em que o termo aparece, encontramos uma multiplicidade de traduções, exceto a literal, “as aparências”. O segundo problema diz respeito ao sentido do método para a

<sup>46</sup> Owen, 1986, p. 242

<sup>47</sup> A crítica de Nussbaum ao embate central sobre o *tithenai ta Phainomena* se restringe à escolha pela literalidade de *phainomena* (como um recurso para não enfrentar o duro problema da tradução adequada). No entanto, sua afirmação de que Aristóteles utiliza o método como um limite de sua investigação parece atribuir uma interpretação anacrônica ao filósofo. Wians, no seu texto intitulado *Saving Aristotle from Nussbaum's phainomena*, identificou a interpretação de Nussbaum como realista interno. Assim, a anacronia que ela acusa no retrato baconiano, na interpretação conservadora de Owen, parece ser a mesma que ela própria comete.

<sup>48</sup> Cf. Nussbaum, 2009, p.211.

filosofia; um método que se propõe a manter as coisas tais como aparecem, desde sua formulação até os dias atuais, corre o risco de ser marginalizado na filosofia, pois pode soar raso, tedioso e pouco ambicioso.

A defesa de Nussbaum contra esse segundo ataque é particularmente interessante, pois ela evidencia o esforço de Aristóteles para inserir seu método na tradição epistemológica de sua época. Ao analisarmos essa tradição, especialmente em relação a Parmênides e Platão, observamos uma aversão significativa às opiniões comuns e aos fatos tal como aparecem. Nussbaum exemplifica essa aversão com a ideia de polaridade, na qual as aparências estão no polo oposto ao real e à verdade. Para Parmênides e Platão, a verdade está distante do caminho trilhado pelos humanos.<sup>49</sup>

Owen enfatiza corretamente que Aristóteles está compondo essas observações metodológicas à sombra de Parmênides, que repudiava conjuntamente, sem distinção, tanto as evidências da percepção dos sentidos, como os dados da linguagem e da crença compartilhada; tudo ele escarnece como mera “convenção” ou “hábito”. Platão, também, repudia conjuntamente a percepção e a crença, como “atoladas” na “lama bárbara” do ponto de vista humano. Aristóteles, respondendo a eles, “promete trabalhar no interior dos dados da experiência humana e defender um método inteiramente comprometido com eles, aceitando-os como seus limites”.<sup>50</sup>

Nussbaum acredita que Aristóteles está reestabelecendo, contra Parmênides e Platão, o antropocentrismo protagoriano, o que apresenta um desafio que não é cômodo nem aceitável para a tradição. Ela utiliza trechos do poema *Sobre a Natureza*, de Parmênides, e da *República*, de Platão, para corroborar a visão tradicional de que a verdade está distante do caminho dos humanos. Além disso, Nussbaum busca precisar o método aristotélico de “salvar as aparências” e sua resposta às críticas à antropocentricidade.

Ao contrário de Ross, que se baseou na tradição de interpretação da epistemologia aristotélica, Nussbaum opta por uma tradução mais etimológica do termo *phainomena* e refuta a leitura de Ross, acusando-a de anacrônica. A tradição interpretativa da epistemologia aristotélica atribui a Aristóteles a imagem baconiana de ciência, segundo a qual o cientista deve recolher, de modo neutro, os fenômenos sem teorias ou interpretações prévias, e, em seguida, buscar uma teoria que os explique. Nesse

<sup>49</sup> Cf. Nussbaum, 2009, p.211.

<sup>50</sup> Nussbaum, 2009, p. 214 (grifos nossos, sinalizados com aspas).

contexto, os fenômenos aristotélicos são considerados dados da observação, e “salvar os fenômenos” implica encontrar uma teoria abrangente para eles. Contudo, a tradução de Ross não pode ser universalizada para toda a obra de Aristóteles, pois há passagens em que tal tradução se revela inadequada. Um exemplo destacado por Owen, que Nussbaum retoma, é o da *Ética a Nicômaco* (EN) VII, que ela pretende aplicar a todas as ciências aristotélicas.

Nussbaum concorda com Owen ao propor que o termo *endoxa* seja utilizado como tradução de *phainomena* na *Ética a Nicômaco*. Ela elogia sua contribuição, reconhecendo que ele, de maneira convincente, assinalou a importância de considerar as crenças ao lidarmos com os *phainomena*. Entretanto, ela faz a seguinte observação:

[Owen] não levou suficientemente longe suas críticas do retrato baconiano. Ele ainda se agarra à ideia de que em certos contextos científicos as traduções baconianas são apropriadas, e de que a defesa que Aristóteles faz de um método relativo aos *Phainomena* é, nesses casos, uma defesa do que Owen denomina explicitamente um “retrato baconiano”.<sup>51</sup>

Além disso, Nussbaum não concorda com a conclusão de Owen, segundo a qual *phainomena* é utilizado de maneira ambígua, resultando em dois sentidos distintos e, por conseguinte, em dois métodos distintos gerados a partir do uso do termo. Para ela, Owen comete dois equívocos: primeiro, força-nos a acusar Aristóteles de equívocos em relação ao seu método, o que seria um lapso considerável, pois é precisamente nessa área que Aristóteles demonstra uma precisão e uma atenção surpreendentes. O segundo equívoco de Owen é acreditar que, na Biologia, Aristóteles estaria comprometido com dados de observação nos moldes baconiano.

A solução proposta por Nussbaum em relação ao termo *phainomena* é uma leitura mais integrada e ampla do conceito. Para Nussbaum, não há uma divisão rígida entre dois sentidos de *phainomena* — um relacionado aos fenômenos observáveis e outro às opiniões reputáveis (*endoxa*). Em vez disso, ela propõe uma noção abrangente que pode abranger ambas as dimensões, sem que isso leve a uma ambiguidade ou vaguidade no termo.

Para a filósofa, *phainomena* deve ser entendido como a totalidade da experiência humana, que inclui tanto o que é diretamente observado (os dados sensíveis, como os fenômenos naturais ou acontecimentos concretos)

<sup>51</sup> Nussbaum, 2009, p.213.

quanto o que é considerado como digno de crédito ou aceitação pela comunidade (as *endoxa* ou opiniões comuns). Nessa perspectiva, *phainomena* não é visto como algo restrito ou dualista, mas como uma categoria ampla que pode ser subdividida sem perder sua coerência e força explicativa.

A principal argumentação de Nussbaum é que, ao evitar uma interpretação anacrônica (ou seja, que projeta para o passado ideias e distinções modernas que não se aplicariam ao contexto aristotélico), podemos entender os dois “sentidos” de *phainomena* como parte de uma mesma unidade. Essa unidade não precisa ser ambígua ou vazia; ela pode ser uma categoria de análise flexível e abrangente. Assim, ao considerar a *experiência* no sentido mais amplo, Aristóteles e seus contemporâneos podem ter entendido os *phainomena* como elementos de uma mesma realidade que os filósofos investigavam, sejam esses elementos observados diretamente ou considerados como opiniões ou concepções aceitas.

Portanto, para Nussbaum, o uso do termo *phainomena* como uma categoria única e expansiva reflete uma forma de compreensão epistemológica na qual a experiência (seja ela perceptiva ou construída socialmente) serve como base para o conhecimento, sem a necessidade de uma separação rígida entre fenômenos sensíveis e as opiniões atribuídas a eles.

### 5.3. Shields: o princípio fenomenológico de conservação

O artigo de Shields, intitulado *The Phainomenological Method in Aristotle's Metaphysics*, busca estabelecer o sentido do método “Salvar as Aparências” de forma distante da controvertida passagem da *Ética a Nicômaco* (EN) VII, que, como discutido anteriormente, é a origem da ambiguidade atribuída aos *phainomena* por Owen. Para alcançar esse objetivo, Shields introduz o que denomina Princípio Fenomenológico de Conservação (PFC), fazendo observações linguísticas sobre o termo *phainomena* e discutindo as limitações da passagem metodológica da EN na construção de um método geral em Aristóteles. Em contrapartida, ele sugere que uma compreensão mais adequada do PFC pode ser obtida a partir da *Metafísica* IV, onde uma imagem clara desse aspecto emerge. Por fim, Shields analisa os excessos relacionados aos *phainomena*.

A principal tese de Shields é que Aristóteles adere ao PFC, o qual expressa da seguinte maneira: “Se parece (*phainetai*) a um sujeito S como

se *p*, então, na ausência de evidência contrária, *S* tem motivos para aceitar *p*.<sup>52</sup>

Pode-se tentar exemplificar o princípio da seguinte maneira: Suponha que você está em uma sala de aula e vê um aluno levantando a mão e fazendo gestos animados. Para você, parece (*phainetai*) que ele está pedindo ajuda com um problema de matemática. Na ausência de qualquer sinal de que ele está apenas fazendo uma apresentação sobre outro assunto ou conversando com um colega, você tem motivos para aceitar que ele realmente precisa de ajuda e pode decidir ir até ele para oferecer assistência. Esse exemplo tenta traduzir o princípio proposto por Shields. Deste modo, demonstra-se como a percepção inicial pode levar a uma conclusão, a menos que novas evidências indiquem o contrário.

O princípio interpretativo de Shields é constituído a partir do Livro IV da *Metafísica*. O próprio Aristóteles enuncia o princípio quando diz: “Pois se a alguém lhe parece que um homem não é um trirreme, é evidente que ele não será uma trirreme.”<sup>53</sup> Pode-se usar o mesmo exemplo anterior para ilustrar as palavras de Aristóteles aqui.

Esse princípio é, por um lado, positivo, pois nos impulsiona a ir além das aparências, e, por outro, negativo, na medida em que se autolimita, uma vez que as aparências não garantem a verdade. Podemos observar o uso positivo do Princípio Fenomenológico de Conservação (PFC) na demonstração aristotélica do Princípio de Não-Contradição. Em contraste, seu uso negativo se revela no combate de Aristóteles contra os sofistas, que depositam uma confiança incondicional nos fenômenos.<sup>54</sup>

Aristóteles, nos *Segundo Analíticos*, estabelece uma distinção crucial entre o que é mais cognoscível para nós e o que é mais cognoscível por natureza.

As coisas são anteriores e mais cognoscíveis em dois sentidos; pois não é a mesma coisa ser anterior por natureza e anterior com relação a nós, nem mais cognoscível e mais cognoscível para nós. Chamo pois de anterior e mais cognoscível para nós as coisas mais próximas da percepção sensível, de anterior e mais cognoscível em sentido absoluto as coisas mais afasta-

<sup>52</sup> Shields, 2013, p. 8. No original, “If it appears to a subject *S* as if, then, in the absence of evidence to the contrary, *S* has grounds for accepting *p*.”

<sup>53</sup> *Met*, IV, 1007b22-24.

<sup>54</sup> Cf. Shields, 2013, p. 9.

das. São mais afastadas sobretudo as coisas universais, mais próximas as particulares<sup>55</sup> (71b35- 72a5).

Segundo Shields, o Princípio Fenomenológico de Conservação (PFC) oferece uma razão convincente para que iniciemos nossa investigação com os *phainomena*; no entanto, esses não nos garantem a obtenção da verdade. Começamos com eles porque são as entidades que se apresentam imediatamente à percepção.<sup>56</sup> Contudo, ao final da investigação, ao atingir-se o conhecimento do inteligível por natureza, pode-se perceber que transcende as meras aparências.<sup>57</sup> O recolhimento dos *phainomena*, a resolução dos enigmas que deles emergem e a permanência daqueles sobre os quais se consegue demonstrar a verdade podem também indicar um caminho que vai além deles. Assim, embora os *phainomena* orientem a pesquisa, não se está vinculado exclusivamente a eles. Shields conclui que não há razão para presumir a existência de qualquer verdade codificada nos *phainomena*; estes são apenas evidências que podem informar, recomendar ou obrigar, mas também têm a capacidade de enganar. Aristóteles, portanto, segundo Shields, endossa o PFC, pois, se algo se apresenta dessa forma, temos motivos, inicialmente, para acreditar que assim é.<sup>58</sup>

Em suas observações linguísticas sobre o termo *phainomena*, Shields aponta para diversos usos e aplicações do termo nas obras de Aristóteles, mas não estabelece um uso preciso ou uma tradução específica. Como ele menciona no início do seu artigo, parece não querer se envolver nas disputas acirradas sobre uma tradução adequada. Além disso, ele considera que as questões de tradução se tornam secundárias ao se reconhecerem os limites da passagem da *EN VII*.<sup>59</sup>

<sup>55</sup> Segundo Analíticos, 71b35-72a5.

<sup>56</sup> Shields procurar interpretar Aristóteles, enfatizando a importância de observar as entidades em sua manifestação direta, priorizando a percepção sobre opiniões subjetivas; argumentando que, para compreender a realidade, devemos focar nos fenômenos tal como se apresentam, evitando interpretações distorcidas que podem surgir das crenças pessoais. Essa abordagem empírica visa captar a essência das coisas por meio da observação e da experiência, fundamentando a ciência em dados concretos em vez de suposições ou deduções não verificadas.

<sup>57</sup> Veremos mais adiante, mas também foi analisado por Shields no seu texto, que a interpretação de Nussbaum parece ignorar esse fato, afirmando que os fenômenos são o ponto inicial e o limite da investigação, como se o esforço de Aristóteles estivesse mantendo as coisas tais como aparecem.

<sup>58</sup> Cf. Shields, 2013, p.9.

<sup>59</sup> Shields tangencia a questão da tradução do "*Phainomena*" ao reconhecer os limites da passagem da *Ética a Nicômaco VII*, mas critica aqueles que utilizam essa tradução para um

Na análise das limitações da *ENVII*, Shields retoma a discussão iniciada por Owen, sem se comprometer com a interpretação que este apresenta para a passagem, mas também sem adotar uma posição definitiva sobre a questão. O ponto central de Shields é demonstrar que, a partir dessa passagem, não há evidências suficientes para estabelecer um método geral em Aristóteles. Contrariando Nussbaum, que Shields afirma usar a passagem como um trampolim para uma caracterização mais ampla da metodologia aristotélica, deve-se questionar essa aplicação abrangente do método de estabelecimentos dos fenômenos na ausência de argumentos mais substanciais que demonstrem que ela exprime um aspecto do método geral de Aristóteles. Ao longo da vasta obra do filósofo, na maioria de suas investigações, há razões para suspeitar que as aparências são tanto o ponto de partida quanto o desfecho de toda investigação.<sup>60</sup>

Ao abordar as controvérsias entre Owen e Ross, Shields argumenta que não é possível inocentar Ross ou condenar Owen. Tais controvérsias ilustram que determinações apressadas sobre o sentido adequado do termo *phainomena* podem ser intermináveis se tomadas isoladamente. Para obter uma visão adequada do método, é essencial compreendermos primeiro por que precisamos considerar os *phainomena* na fase inicial de nossa investigação. Shields propõe a solução: “porque são evidências e por nenhuma outra razão.”<sup>61</sup> Assim, para Shields, ao ter em mente a aplicação do PFC, as questões mais refinadas sobre a tradução do termo e a especificação de seu uso tornam-se secundárias, pois, sejam *endoxa*, fatos observados ou qualquer outro uso, serão apenas evidências iniciais para a investigação.

Na *Metafísica*, quando Aristóteles busca demonstrar o Princípio de Não-Contradição, é possível perceber de maneira mais adequada a aplicação positiva e restritiva do PFC. Reproduziremos o texto de *Gama* que Shields analisa para ilustrar a aplicação aristotélica do PFC:

Ademais, se relativamente a um mesmo sujeito são verdadeiras, ao mesmo tempo, todas as afirmações contraditórias, é evidente que todas as coisas

---

método mais abrangente em Aristóteles. Em sua análise, ele destaca que a interpretação do “*Phainomena*” deve ser feita com cautela, considerando as nuances do texto e o contexto filosófico. No entanto, Shields não desqualifica os esforços dos estudiosos que buscam aplicar esse conceito em uma compreensão mais ampla da filosofia aristotélica, reconhecendo que, embora a tradução possa ter suas limitações, ela também oferece um caminho válido para explorar a complexidade do pensamento aristotélico sobre a realidade e a percepção.

<sup>60</sup> Cf. Shields, 2013, p.13ss.

<sup>61</sup> Cf. Shields, 2013, p.16.

se reduzirão a um só. De fato, serão a mesma coisa um “trirreme” e uma “parede” e um “homem”, se determinado predicado pode ser tanto afirmado como negado de todas as coisas, como são obrigados a admitir os defensores da doutrina de Protágoras. De fato, “se a alguém parece que um ‘homem’ não é um ‘trirreme’, é evidente que não é um trirreme”; mas também será um trirreme a partir do momento em que o contraditório é verdadeiro. Então todas as coisas estarão misturadas, como diz Anaxágoras e, por consequência, não poderá verdadeiramente existir alguma realidade <determinada><sup>62</sup>.

Na passagem destacada, é ressaltado o ponto central do texto, relevante para o caso apresentado por Shields, que considera este um bom exemplo de Aristóteles endossando o PFC. De acordo com Shields, Aristóteles toma algo tal como aparece como evidência para concluir que é como aparece. O argumento aristotélico baseia-se no PFC para sustentar que o Princípio da Não-Contradição não pode ser negado. Shields esclarece que seu objetivo não é discutir a força dos argumentos em favor do Princípio da Não-Contradição, tampouco avaliar as possíveis respostas relativistas oriundas do Protagorianismo, mas sim demonstrar que Aristóteles está recorrendo aos *phainomena* e aderindo ao PFC.<sup>63</sup>

Por fim, Shields faz duas observações conclusivas: em primeiro lugar, com base em *Met.* 1009a6-13, afirma que Aristóteles utiliza indistintamente os termos *Dokein* e *Phainesthai*. Em segundo lugar, Aristóteles evidencia

<sup>62</sup> *Metafísica*, IV, 4, 1007b18-27 (grifo nosso, sinalizado por aspas).

<sup>63</sup> Algumas razões para desconfiar do que Shields está afirmando. Aristóteles em muitos momentos faz uma distinção clara entre as aparências (*phainomena*) e a essência das coisas. Em sua *Metafísica*, ele discute a necessidade de investigar além das aparências para compreender a verdadeira natureza do ser. Por exemplo, ele argumenta que o conhecimento verdadeiro não se limita ao que parece, mas busca as causas e os princípios subjacentes. Na *Ética à Nicômaco*, Aristóteles expressa ceticismo em relação às opiniões comuns (*doxa*). Ele não aceita automaticamente que o que aparece seja verdadeiro apenas porque é assim percebido. A investigação filosófica deve levar a um exame crítico das crenças, e a sabedoria não reside apenas em aceitar as aparências. Por fim, Aristóteles desenvolveu um método empírico que valoriza a observação, mas não a aceita como prova suficiente. Ele acreditava que a evidência deve ser corroborada por uma análise mais profunda e uma compreensão das causas. Portanto, pode-se duvidar da ideia de que Aristóteles simplesmente endossa o PFC ao tratar as aparências como evidência. Em vez disso, ele parece defender um compromisso com a investigação rigorosa e crítica que busca compreender a realidade subjacente, além das aparências superficiais. Dito isso, a análise da proposta de Shields encontra-se aqui para justificar um uso minimalista do *Tithenai ta Phainomena*. Evidentemente, pode-se criticar Shields por reduzir tão drasticamente o uso desse expediente metodológico.

que aparência e ser não se excluem mutuamente, embora o simples fato de algo parecer de determinada forma não seja suficiente para determinar que esse seja o caso, uma vez que a aparência tem apenas uma força probatória que pode ser refutada.<sup>64</sup>

Na parte final de seu artigo, Shields aborda os abusos relacionados aos *phainomena* e, conseqüentemente, a distinção feita por Aristóteles entre o sofista e o filósofo. Nesse sentido, Shields destaca que a refutação de Aristóteles a Protágoras desempenha um papel fundamental. Qual seria o erro de Protágoras, segundo Aristóteles? A confiança excessiva nos fenômenos.

No entanto, como enfatiza Shields, Aristóteles “leva os *phainomena* a sério. De fato, em algumas passagens, ele parece levá-los a sério demais”<sup>65</sup>. Ainda assim, Shields observa que, ao endossar o PFC, Aristóteles precisa demonstrar por que os fenômenos não garantem necessariamente a verdade. De acordo com Shields, Aristóteles faz isso ao refutar Protágoras, pois a atenção desmedida aos fenômenos conduz a resultados inaceitáveis e, sobretudo, à negação de um princípio fundamental. Se não for possível reunir os fenômenos, comparar suas contradições, confrontar seus paradoxos e demonstrar a veracidade daqueles que resistirem à refutação, não seremos capazes de distinguir a filosofia da sofística.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem do expediente *TTP* apresenta duas facetas importantes: uma histórica, que remonta à Academia de Platão, e outra textual, que se desenvolve a partir da *Ética a Nicômaco* (*EN VII*). Embora se identifique essa origem, uma nova questão surge sobre a possibilidade de essas duas origens se basearem no mesmo expediente. No entanto, devido à falta de material textual suficiente, é impossível fornecer uma resposta definitiva, o que revela a necessidade de mais investigações para aprofundar a compreensão da metodologia de Aristóteles.

A questão da universalização do expediente *TTP* também se mostra relevante. Ao contrário do que sugerem alguns intérpretes, como Nussbaum e Owen, que indicam a aplicação do expediente em investigações mais amplas, a análise textual não fornece evidências suficientes para confirmar

<sup>64</sup> Cf. Shields, 2013, p. 18-20.

<sup>65</sup> Shields, 2013, p. 23 (tradução livre).

essa universalização. A interpretação de Aristóteles nos *Primeiros Analíticos* e na *Ética a Nicômaco* sugere que o TTP pode, de fato, ser aplicável a outras investigações, mas essa leitura é controversa, e os argumentos que sustentam essa universalização devem ser tratados com cautela. Tal questão evidencia um debate contínuo sobre a extensão e as limitações do expediente aristotélico.

A tradução do termo *phainomena* continua sendo uma questão crucial, com divergentes interpretações que têm gerado debates entre os estudiosos. A análise das leituras de Owen, Nussbaum e Shields ilustra as diferentes abordagens sobre esse conceito. A crítica de Owen sobre a ambiguidade do termo, que sugere a coexistência de dois significados—um vinculado à experiência sensível e outro relacionado ao aspecto linguístico—suscita importantes reflexões para a continuidade de pesquisas. Em contrapartida, a leitura maximalista de Nussbaum, que se foca nas aparências, tem sido alvo de críticas pela tentativa de reduzir a filosofia aristotélica à observação do que é dado sensorialmente. Por outro lado, a interpretação minimalista de Shields propõe um entendimento mais restrito do conceito de *phainomena*, ao sugerir que ele é um princípio distinto que permeia todas as ciências aristotélicas, o que destaca a necessidade de um tratamento mais comedido e cuidadoso do termo.

A investigação sobre o expediente TTP revela que, embora Aristóteles tenha estabelecido as bases para uma investigação sistemática dos fenômenos, há uma necessidade contínua de reavaliar a aplicabilidade do TTP e de entender seu papel dentro da metodologia aristotélica. A reflexão sobre as origens do expediente, a possibilidade de sua universalização e a tradução do termo *phainomena* revelam uma complexidade que continua a desafiar os estudiosos.

Em relação ao TTP, é possível afirmar que o método aristotélico, que articula a lógica com a experiência, influi profundamente na forma como as ciências e as humanidades se desenvolvem. O debate sobre o termo *phainomena* e sua ambiguidade reflete essa complexidade metodológica. Ao integrar elementos sensíveis e linguísticos, Aristóteles promove uma investigação que não se limita à observação direta dos fenômenos, mas busca também uma compreensão profunda da realidade subjacente, evidenciando as diferentes camadas do conhecimento.

Além disso, a análise crítica das interpretações, como as de Owen, Nussbaum e Shields, mostra que as diferentes abordagens têm implicações significativas para a compreensão da filosofia aristotélica. Através desse

exame, este estudo propõe um caminho que leva à possibilidade de uma leitura mais aberta e flexível do *TTP*, sem se deixar ceder a uma visão anacrônica ou redutora. A continuação desta investigação é imprescindível para esclarecer ainda mais a aplicação do expediente e suas implicações nas diversas áreas do saber.

Em última análise, Aristóteles, ao propor uma leitura crítica das aparências e um exame mais profundo das *endoxa*, oferece uma ferramenta essencial para o entendimento dos fenômenos, cuja importância permanece central para as discussões filosóficas contemporâneas. A busca pela compreensão do que “salvar os fenômenos” realmente implica continua sendo um desafio relevante para os estudiosos e intérpretes da obra aristotélica.

A escolha de Owen, Nussbaum e Shields para a análise do expediente *TTP* é justificada pela maneira como cada autor contribui de forma única para a compreensão do conceito de *phainomena* e sua relevância no contexto da filosofia aristotélica. Owen oferece uma contribuição importante ao questionar a ambiguidade do termo *phainomena*, propondo uma interpretação que distingue dois sentidos para o termo: um ligado à experiência sensível (fatos observáveis) e outro relacionado a questões mais linguísticas ou epistemológicas (o que é dito e aceito pelas tradições e pelos discursos comuns). Sua leitura ilumina a complexidade do método aristotélico, mostrando que o *phainomena* não se limita a descrever fenômenos naturais, mas também inclui as opiniões correntes (*endoxa*) e as experiências sensíveis, fundamentais para o processo de investigação filosófica. A abordagem de Owen, ao destacar essa dualidade de significados, permite uma compreensão mais profunda da metodologia aristotélica.

A interpretação de Nussbaum, por sua vez, adota uma perspectiva maximalista, o que significa que ela atribui uma importância central às aparências no pensamento aristotélico. Nussbaum argumenta que, para Aristóteles, os fenômenos não são apenas simples manifestações ou aparências da realidade, mas desempenham um papel epistemológico fundamental na construção do conhecimento filosófico. Ela propõe que as aparências, longe de serem descartadas como superficiais, têm um valor profundo, sendo uma chave para compreender a realidade subjacente. Essa abordagem amplia a visão de *phainomena*, proporcionando uma interpretação mais abrangente da filosofia aristotélica, que busca reconhecer o significado mais profundo das aparências no processo de investigação filosófica.

Por fim, a leitura de Shields se destaca por sua abordagem minimalista, na qual ele defende a necessidade de uma interpretação mais restrita do

conceito de *phainomena*. Shields argumenta que o *phainomena* não deve ser tratado como um expediente universal para todas as investigações aristotélicas, mas como uma ferramenta que deve ser aplicada de maneira mais contida e focada, especialmente nas ciências. Ele sugere que o conceito de *phainomena* deve ser visto como um princípio que preserva os fenômenos necessários para a continuidade das ciências, sem expandir sua aplicação de forma excessiva ou diluída. Essa abordagem proporciona uma leitura mais rigorosa e controlada do *TTP*, que evita interpretações excessivas, mantendo a clareza conceitual.

A escolha desses três autores, portanto, é justificada pela riqueza de suas interpretações, que permitem explorar o conceito de *phainomena* sob diferentes perspectivas, desde a ambiguidade e a dualidade do termo proposta por Owen, até a ênfase nas aparências de Nussbaum e a restrição minimalista sugerida por Shields. Cada autor contribui de maneira significativa para a compreensão do expediente *TTP*, oferecendo diferentes camadas de análise que ajudam a aprofundar a interpretação da metodologia aristotélica. Ao integrar as abordagens de Owen, Nussbaum e Shields, é possível construir uma leitura mais ampla e precisa do conceito de *phainomena* e das implicações filosóficas do expediente *TTP*, equilibrando a necessidade de uma interpretação rica e detalhada com a clareza e as restrições exigidas pela filosofia de Aristóteles.

Como uma intenção futura de investigação, busca-se aprofundar as possibilidades do *TTP* no contexto da *Metafísica*, Livro *Gama*, para examinar de que forma Aristóteles opera a fundação de sua *Ontologia*. A análise pretende investigar como o filósofo articula os fenômenos e a realidade subjacente, destacando a distinção entre o aparente e o real. Ao explorar a relação entre as “opiniões correntes” (*endoxa*), as experiências sensíveis e os princípios fundamentais do ser, o estudo visa aprofundar a compreensão de como Aristóteles constrói sua ontologia, utilizando o método crítico e a lógica para transcender as limitações da percepção sensível e alcançar uma explicação mais profunda da substância e das causas. Essa investigação contribuirá para uma leitura mais robusta do *TTP* e sua aplicabilidade ao projeto ontológico aristotélico.

[Recebido em agosto/2024; Aceito em outubro/2024]

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução, sumários e comentários de Giovanni Reale. Tradução de Marcelo Perine. Vol. I-III. São Paulo: Loyola, 2001.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Livro XII. Tradução, comentários e notas de Lucas Angioni. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Série 3, v.15, n.1, p. 202-221, jan.-jun. 2005.
- ARISTÓTELES. *De Anima*. Tradução, apresentação e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BERTI, E. *Aristóteles e o século XX*. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- CASSIN, B. *Ensaio sofisticos*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Siciliano, 1990.
- DUHEM P. Salvar os fenômenos: Ensaio sobre a noção de teoria física de Platão a Galileu. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, suplemento 3, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência. Campinas: Unicamp, 1984.
- HÖFFE, O. *Aristóteles*. Tradução: Roberto Hofmeister Pich. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- MELÉNDEZ, G. *El método en Ética a Nicómaco I*. Tópicos, v. 28, p. 129-157, 2005.
- NUSSBAUM, M. C. *A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega*. Tradução de Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: WFM Martins Fontes, 2009.
- KRAUT, R. (ed.) *Aristóteles: A Ética a Nicómaco*. [Richard Kraut (ed)]. Trad.: Alfredo Storck. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- SHIELDS, C. *The Phenomenological Method in Aristotle's Metaphysics*. In: FESER, E (ed.). *Aristotle on Method and Metaphysics*. Califórnia: Palgrave Macmillan, 2013.
- KUHN, Thomas S. *The Copernican Revolution: Planetary Astronomy in the Development of Western Thought*. Oxford: Harvard University Press, 1957.
- ZINGANO, Marco Antônio. *Estudos de Ética Antiga*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.
- ZINGANO, Marco Antônio. (Coord.) *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus Editora, 2005.